

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.011951/2016-61

1. OBJETO

1.1. Fornecimento de defletores de acrílico para condicionadores de ar tipo split e material necessário para sua fixação nos prédios do Escritório Central da ANCINE, unidades 1 e extensão – localizados à Av. Graça Aranha, nº 35 (RJ1) e Av. Graça Aranha, nº 57, 8º andar (RJ1-extensão).

1.2. Especificações dos Objetos :

1.2.1. Defletores de acrílico para condicionadores de ar tipo split, confeccionados em chapas de acrílico na medida 1,15 m de largura por 0,60 m de comprimento, com no mínimo 4 mm de espessura, dobradas no formato aproximado da letra "Z", contemplando 3 furos para fixação, conforme fotos ilustrativas do ANEXO 1. Quantidade: 80 defletores.

CARACTERÍSTICAS	Acrílico
Espessura da chapa (mínimo)	0,4 cm
Largura do defletor	115 cm
Largura da dobra de 90°	10 cm
Largura da dobra de 30°	10 cm
Comprimento da secção central	40 cm

1.2.2. Buchas para gesso tipo FLY 3 (com parafusos de 50 mm inclusos). Quantidade: 250 buchas/parafusos. (VER ANEXO 2)

1.2.3. Arruelas planas ou lisas, zincadas, com o tamanho de 1/4 de polegada. Quantidade: 250 arruelas. (VER ANEXO 3)

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Propiciar às instalações da ANCINE o efetivo conforto térmico nas áreas funcionais dos prédios das unidades 1 e extensão do Escritório Central da Agência. A contratação é necessária tendo em vista que o fluxo de ar gelado incidindo diretamente nos servidores/colaboradores causa desconforto e até mesmo doenças.

3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

3.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.3. No emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas, deverão ser observadas as Normas do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Ambiental – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da International Organization for Standardization, bem como o fiel cumprimento do Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil – PGRCC.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;

4.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

4.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.5. Solicitar a substituição de material que apresentar defeito durante a utilização.

4.6. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os produtos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

5.5. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição das peças defeituosas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das prescrições relativas ao objeto contratado, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. A entrega dos materiais será acompanhado e fiscalizado por Servidor da ANCINE especialmente designado.

8.2. A Fiscalização será exercida no interesse da **ANCINE** e não exclui ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **ANCINE** ou de seus agentes e prepostos (arts 69 e 70 da Lei 8.666/93).

8.3. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto deste Edital deverão ser prontamente atendidas pela **LICITANTE VENCEDORA**, sem ônus para a **ANCINE**.

8.4. As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seus Superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

9. DO PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

9.1. A entrega dos produtos deverá ser concluída após a emissão da Nota de Empenho, em:

9.1.1. Até 30 (trinta) dias corridos para o fornecimento dos defletores e demais peças para sua fixação.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O período da vigência do contrato será de 4 (quatro) meses, prorrogável na forma do art.57, §1º, da lei nº 8666/93.

11. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

11.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

12.1. A contratada deverá apresentar garantia dos materiais pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não manter a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

13.2.2.1. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Todos os materiais utilizados deverão ser originais, novos, sem utilização anterior, na embalagem original do fabricante e apresentar qualidade compatível com o uso a que se destinam.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A empresa contratada se responsabilizará pela preparação de toda a logística e infraestrutura necessária para execução do serviço.

14.2. A entrega deverá ser realizada em horário de expediente, das 09:00 às 16:00, com prévia comunicação à ANCINE.

14.3. Qualquer discrepância porventura observada, que possa trazer dúvidas ou embaraços ao desenvolvimento do serviço deverá ser esclarecida junto à ANCINE, antes da proposta do orçamento. Caso isto não ocorra prevalecerá sempre a interpretação que favoreça a ANCINE.

14.4. Todos os materiais utilizados deverão observar às prescrições do Fabricante e estar em conformidade com as Normas da ABNT.

15. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

PRODUTO	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
Defletor de acrílico	R\$ 200,00	R\$ 190,00	R\$ 224,99	R\$ 205,00	R\$ 16.400,00
Bucha Fly com parafuso	R\$ 0,49	R\$ 0,41	R\$ 0,67	R\$ 0,52	R\$ 130,00
Arruela plana de 1/4"	R\$ 0,04	R\$ 0,16	R\$ 0,03	R\$ 0,08	R\$ 20,00
Custo total estimado					R\$ 16.550,00

16. ANEXOS

ANEXO 1 - Fotos dos modelos dos defletores e respectivas medidas.

ANEXO 2 - Foto ilustrativa da bucha FLY com respectivo parafuso.

ANEXO 3 - Foto ilustrativa da arruela lisa ou plana de 1/4 de polegada.



Documento assinado eletronicamente por **Wladimir Gaino, Analista Técnico - CCT II**, em 06/02/2017, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0328992** e o código CRC **0DC2BB73**.
